



Número: **0600477-84.2020.6.16.0012**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr Carlos Mauricio Ferreira**

Última distribuição : **22/11/2021**

Processo referência: **0600477-84.2020.6.16.0012**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Vereador, Contas - Aprovação das Contas com Ressalvas**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de prestação de contas eleitorais nº 0600477-84.2020.6.16.0012 que julgou aprovadas com ressalvas as contas apresentadas pela prestadora de contas de Marly Terezinha Perrelli, candidata ao cargo de vereadora, relativas às Eleições Municipais de 2020 no município de São Mateus do Sul/PR, com fundamento no artigo 30, inciso III, da Lei n.º 9.504/1997 e no art. 74, inciso II, da Resolução TSE n.º 23.607/2019. Determinou o recolhimento da quantia que representa o benefício auferido irregularmente pelo candidato com recursos do FEFC - 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) ao Tesouro Nacional, mediante guia de recolhimento da União e a respectiva comprovação nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, ressaltando-se que diante da responsabilidade solidária prevista no § 9º do art. 17 da Res. TSE nº 23.607/2019, tendo sido determinado o respectivo recolhimento também nos autos da prestação de contas da candidata Fernanda Garcia Sardanha, havendo o recolhimento naquele processo, deverá ser certificado nos presentes autos e vice-versa. (Prestação de contas eleitorais, referente às eleições municipais de 2020, de Marly Terezinha Perrelli, candidata ao cargo de Vereador, pelo Partido Republicano da Ordem Social - PROS, em São Mateus do Sul/PR, tendo em vista que foi identificada irregularidade no tocante a recursos recebidos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), repassados ao prestador de contas pela candidata à eleição majoritária Fernanda Garcia Sardanha, na quantia de R\$ 160,00 mediante doação de material de propaganda pagos pela candidata Fernanda com verba do FEFC do PSD e R\$ 300,00 (trezentos reais) relativos ao pagamento de serviços contábeis efetuado pela candidata Fernanda com verba do FEFC recebida do PSD, que se confirmam a partir do contrato acostado sob o id. nº 61596149, sendo que a origem da verba utilizada para o respectivo pagamento foi o FEFC repassado pela Direção Estadual do PSD para a candidatura feminina (majoritária) de Fernanda Garcia Sardanha. A fim de comprovar que as despesas com honorários contábeis e advocatícios foram pagos com verbas oriundas do FEFC repassadas pelo PSD e PROS, basta compulsar o demonstrativo de despesas efetuadas (id. nº 60390812) nos autos de prestação de contas da candidata Fernanda Garcia Sardanha, nº 0600450-04.2020.6.16.0012). RE9**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ELEICAO 2020 MARLY TEREZINHA PERRELLI VEREADOR (RECORRENTE)	YULLI DE SOUZA GUIMARAES (ADVOGADO) RICARDO JOSE DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
MARLY TEREZINHA PERRELLI (RECORRENTE)	YULLI DE SOUZA GUIMARAES (ADVOGADO) RICARDO JOSE DE OLIVEIRA (ADVOGADO)

JUÍZO DA 012ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MATEUS DO SUL PR (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42865 653	02/02/2022 09:14	<u>Acórdão</u>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 60.318

RECURSO ELEITORAL 0600477-84.2020.6.16.0012 – São Mateus do Sul – PARANÁ

Relator: CARLOS MAURICIO FERREIRA

RECORRENTE: ELEICAO 2020 MARLY TEREZINHA PERRELLI VEREADOR

ADVOGADO: YULLI DE SOUZA GUIMARAES - OAB/PR97297-A

ADVOGADO: RICARDO JOSE DE OLIVEIRA - OAB/PR69549-A

RECORRENTE: MARLY TEREZINHA PERRELLI

ADVOGADO: YULLI DE SOUZA GUIMARAES - OAB/PR97297-A

ADVOGADO: RICARDO JOSE DE OLIVEIRA - OAB/PR69549-A

RECORRIDO: JUÍZO DA 012ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MATEUS DO SUL PR

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA. RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATA AO CARGO DE VEREADOR. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. INSURGÊNCIA. DOAÇÃO ESTIMÁVEL DE RECURSOS DO FEFC. CANDIDATA DA CHAPA MAJORITÁRIA PARA CANDIDATA DO PLEITO PROPORCIONAL. RECURSOS ORIUNDOS DO MESMO PARTIDO E REPASSADOS POR CANDIDATA DE PARTIDO INTEGRANTE DA MESMA COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO. IRREGULARIDADE NÃO EVIDENCIADA. REFORMA DA SENTENÇA. CONTAS APROVADAS SEM RESSALVAS. AFASTAMENTO DA DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A Emenda Constitucional nº 97/2017 vedou, a partir das eleições de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais.

2. Esta Corte pacificou o entendimento para as Eleições de 2020 no sentido de que a EC 97/2017 não alcança o financiamento das campanhas eleitorais. Assim, é regular a doação estimada de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha realizada por partido à candidata filiada em outra agremiação, desde que coligados na eleição majoritária, pois não caracteriza desvio de finalidade a que se destina o recurso público.



3. Reforma da sentença para julgar as contas aprovadas sem ressalvas e afastar a determinação de devolução de valores ao Tesouro Nacional.

4. Recurso conhecido e provido.

DECISÃO

A unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 31/01/2022

RELATOR(A) CARLOS MAURICIO FERREIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto em face de sentença que aprovou com ressalvas as contas de campanha de **MARLY TEREZINHA PERRELLI** relativas às Eleições de 2020, em que concorreu ao cargo de vereadora, pelo PROS, no Município de São Mateus do Sul/PR, sendo eleita suplente, com 185 votos.

Os recursos utilizados na campanha totalizam R\$ 1.441,20 (mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte centavos), **sendo R\$ 1.241,20 (mil duzentos e quarenta e um reais e vinte centavos) de recursos estimáveis em dinheiro**, destes R\$ 500,00 (quinhentos reais) de recursos de pessoas físicas; R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) de recursos de outros candidatos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC; R\$ 581,20 (quinhentos e oitenta um reais e vinte centavos) de recursos de partido político e **R\$ 200,00 (duzentos reais) de recursos financeiros próprios** (ID 42735749).

O parecer conclusivo opinou pela aprovação das contas com ressalvas, apontando como irregularidade remanescente a doação do valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) pela candidata Fernanda Garcia Sardanha, filiada ao PSD, proveniente de recursos oriundos do FEFC repassados pelo PROS, vez que não há coligação partidária para a eleição proporcional e que, por isso, a candidata só poderia receber recursos do FEFC doados por candidatos do mesmo partido ou de seu próprio partido, nos moldes do art. 17, §2º da Resolução TSE nº 23.607/2019 (ID 42735766).

O Juízo da 012ª Zona Eleitoral de São Mateus do Sul/PR julgou aprovadas as contas com ressalvas em razão do vício acima apontado e determinou o recolhimento do valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) ao Tesouro Nacional, no prazo de 05 dias, ressaltando a responsabilidade solidária prevista no art. 17, §9º da Resolução TSE nº 23.607/2019 da candidata Fernanda Garcia Sardanha (ID 42735772).

Em suas razões, a recorrente alegou, em síntese, que é filiada ao PROS e que os recursos do FEFC recebidos foram utilizados em benefício da coligação majoritária formada pelo PSD e pelo PROS e encabeçada pela candidata Fernanda



Garcia Sardanha, do PSD, de modo que não há qualquer violação à Resolução TSE nº 23.607/2019. Ao final, pugnou pelo conhecimento e provimento do presente Recurso, a fim de aprovar sem ressalvas as contas da candidata e afastar a determinação de recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional (ID 42735777).

A Procuradoria Regional Eleitoral emitiu parecer manifestando-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso, sustentando que não há coligação partidária para a eleição proporcional e que, por isso, a recorrente não poderia ter recebido recursos do FEFC repassados pela candidata do partido PSD, além de ressaltar a necessidade de recolhimento dos recursos oriundos do FEFC (ID 42805138).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Presentes os requisitos de admissibilidade, é de se conhecer do recurso.

No caso, a recorrente busca a reforma da sentença que julgou aprovadas com ressalvas suas contas de campanha e determinou o recolhimento de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) ao Tesouro Nacional, em razão da seguinte irregularidade remanescente apontada no parecer conclusivo: **recebimento de doação estimável, com recursos oriundos do FEFC, repassados por candidata filiada a partido diverso.**

Com efeito, o Juízo *a quo* entendeu que a transferência de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC realizada pelo PROS para a candidata a Prefeita Fernanda Garcia Sardanha, filiada ao PSD, que posteriormente realizou doação estimável à prestadora, infringiu o § 2º do artigo 17 da Res. TSE nº 23.607/2019, de seguinte teor:

Art. 17. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) será disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral e distribuído aos diretórios nacionais dos partidos políticos na forma disciplinada pelo Tribunal Superior Eleitoral ([Lei nº 9.504/1997, art. 16-C, § 2º](#))

(...)

§ 2º É vedado o repasse de recursos do FEFC, dentro ou fora da circunscrição, por partidos políticos ou candidatos:

I - não pertencentes à mesma coligação; e/ou

II - não coligados.

Vale transcrever o seguinte trecho da sentença recorrida:

“ (...) In casu, foi identificada irregularidade no tocante a recursos recebidos do Fundo



Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), repassados a prestadora de contas pela candidata à eleição majoritária Fernanda Garcia Sardanha, na quantia de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mediante doação de material de propaganda, pago com verba do FEFC repassados à candidata a prefeita pelo PSD e R\$ 300,00 (trezentos reais) referentes ao pagamento de serviços contábeis efetuado pela candidata Fernanda Garcia Sardanha com verba do FEFC recebida do PSD, que se confirmam a partir do contrato acostado sob o id. nº 61596149, sendo que a origem da verba utilizada para o respectivo pagamento foi o FEFC repassado pela Direção Estadual do PSD para a candidatura feminina (majoritária) de Fernanda Garcia Sardanha. A fim de comprovar que as despesas com honorários contábeis foram pagos com verbas oriundas do FEFC repassadas pelo PSD, basta compulsar o demonstrativo de despesas efetuadas (id. nº 60390812) nos autos de prestação de contas da candidata Fernanda Garcia Sardanha, nº 0600450-04.2020.6.16.0012. Aliás, em nenhum momento a fonte dos recursos foi negada pelo prestador de contas.

Infere-se dos autos da candidata (PJe nº 0600450-04.2020.6.16.0012) que houve repasse de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) pelo Diretório Estadual do PSD para a conta de campanha da candidata ao cargo de prefeita e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo Diretório Estadual do PROS. Com a verba recebida do FEFC repassada pelo PSD foram pagos honorários advocatícios e contábeis para a campanha da eleição de vereadores do PROS e do PSD, sendo que tal pagamento ocorreu de forma irregular, contrariando o disposto no art. 17, § 2º, da Resolução TSE nº 23.607/2020, eis que incidiu na espécie o financiamento cruzado. No presente caso, a candidata ao cargo de vereadora auferiu benefício referente ao pagamento com honorários contábeis no montante de R\$300,00 (trezentos reais).

(...)

Com parte da verba proveniente do FEFC do PSD, foram pagos honorários contábeis em relação à eleição majoritária, aos candidatos ao cargo de vereador do PSD e do PROS, sendo que em relação aos candidatos ao cargo de vereador do PROS trata-se de benefício auferido indevidamente porque a verba era proveniente de outra sigla partidária (art. 17, § 2, da Res. TSE nº 23.607/2019), assim como constituiu benefício recebido de forma irregular.

Assim, pertencendo a prestadora de contas ao partido PROS, o benefício auferido indevidamente correspondeu a quantia de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mediante doação de material de propaganda e R\$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos serviços contábeis, ambas pagas com verba do FEFC repassados à candidata a prefeita pelo PSD.

Portanto, tenho como irregular o benefício auferido pela candidata Marly representado pelo pagamento de despesas contábeis e material de propaganda, com verbas provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha do PSD, por contrariar o disposto no art. 17, § 2º, da Res. TSE nº 23.607/2019. (...)"

Em que pese o entendimento externado na sentença de primeiro grau, assiste razão à recorrente quando afirma que é possível o repasse de recursos oriundos do FEFC pelos partidos políticos a candidatos que integram a mesma coligação majoritária.

Isto porque, não obstante a EC nº 97/2017 tenha vedado a formação de coligações para as eleições proporcionais, o fato é que tal regra não obsta o apoio político entre os candidatos filiados a partidos integrantes da mesma coligação no pleito majoritário. *In verbis:*

Art. 2º A vedação à celebração de coligações nas eleições proporcionais, prevista no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, aplicar-se-á a partir das eleições de 2020.



Assim, a melhor interpretação é no sentido de que a vedação constitucional não alcança as regras de aplicação dos recursos públicos em campanha, vez que o art. 17, §2º, da Res. TSE nº 23.607/2019 impede apenas o repasse de recursos oriundos do FEFC entre candidatos filiados a partidos não coligados.

E este foi o entendimento adotado a unanimidade por esta Corte Regional Eleitoral para as Eleições de 2020, quando do julgamento do Recurso Eleitoral nº 0600455-17.2020.6.16.0112, de relatoria do Des Fernando Quadros da Silva, que vem sendo replicado em diversos casos e restou assim ementado:

EMENTA: RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE CANDIDATOS FILIADOS A PARTIDOS DISTINTOS E NÃO COLIGADOS PARA A DISPUTA AO CARGO QUE CONCORREU O CANDIDATO BENEFICIADO. TRANSFERÊNCIA REGULAR. PARTIDOS COLIGADOS PARA A ELEIÇÃO MAJORITÁRIA. RECURSO PROVIDO.

1. É vedado o repasse dos recursos públicos por partidos políticos ou candidatos não pertencentes à mesma coligação ou não coligados, nos termos dos artigos 17 e 19 da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. É regular o recebimento de recursos públicos se o partido do candidato a Vereador que recebeu a doação coligou-se ao partido do candidato a Prefeito que realizou a transferência dos recursos.

3. Recurso provido (TRE/PR. RE [0600455-17.2020.6.16](#).0112. Rel. Des Fernando Quadros da Silva. Acórdão nº 58.686. Publicado no DJE de 14/05/2021).

No caso em exame, tem-se que as doações referentes a materiais de propaganda e ao pagamento de serviços contábeis, no total de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), foram realizadas pela candidata a Prefeita Fernanda Garcia Sardanha, filiada ao PSD, que concorreu pela Coligação Majoritária “Juntos Somos Mais Fortes” (PSD/PROS).

Ao contrário do afirmado pelo Juízo de primeiro grau, a recorrente era filiada ao PROS – de onde se originou os recursos – que integrava a coligação majoritária (PSD/PROS), e recebeu os recursos da candidata a prefeita Fernanda Garcia Sardanha, do PSD, o que evidencia a regularidade da transação.

Considerando que essa foi a única irregularidade remanescente apontada em sentença para apor ressalvas nas contas, é de se dar provimento ao recurso interposto, para julgar as contas da recorrente **aprovadas sem ressalvas**, bem como para afastar a determinação de devolução de valores ao Tesouro Nacional.

DISPOSITIVO

Dianete do exposto, voto no sentido de conhecer do Recurso Eleitoral



interposto por **MARLY TEREZINHA PERRELLI** para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, reformando a sentença recorrida para **aprovar sem ressalvas as contas apresentadas** pela recorrente, referentes às Eleições de 2020, em que concorreu ao cargo de vereador no Município de São Mateus do Sul, bem como para afastar a determinação de devolução de valores ao Tesouro Nacional.

CARLOS MAURÍCIO FERREIRA

Relator

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL (11548) Nº 0600477-84.2020.6.16.0012 - São Mateus do Sul - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS MAURICIO FERREIRA - RECORRENTE(S): ELEICAO 2020 MARLY TEREZINHA PERRELLI VEREADOR, MARLY TEREZINHA PERRELLI - Advogados do(a) RECORRENTE: YULLI DE SOUZA GUIMARAES - PR97297-A, RICARDO JOSE DE OLIVEIRA - PR69549-A - RECORRIDO: JUÍZO DA 012ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MATEUS DO SUL PR

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Roberto Ribas Tavarnaro, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Carlos Maurício Ferreira, substituto em exercício, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani e Thiago Paiva dos Santos. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, substituta em exercício, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 31.01.2022.

